

Tucuna

POSSUELO: DEMARCAÇÃO É IRREVERSÍVEL

Liege Albuquerque

Participando do I Seminário de Estudos Políticos, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sidney Possuelo, e o dirigente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaiab), Orlando Baré, teceram comentários sobre o tema "Amazônia, quem te decifra?", com os posicionamentos das entidades que representam: da primeira, o oficial e da segunda, os vindos de uma organização não-governamental. Os dois, entretanto, concordam em alguns pontos, como o que afirma que "a Amazônia deve estar na vanguarda das coisas pertinentes aos seus Estados, sua floresta, seus riberinhos e seus índios". E principalmente na convicção de que a demarcação das terras indígenas é um fato consumado e irreversível, consagrado na Constituição do país.

Durante a explanação dos entrevistados no Seminário, onde participaram como comentaristas, Orlando colocou que das consequências adversas do colonialismo, o índio passou para "aguentar as consequências terríveis do neo-colonialismo liberal do governo Collor". Possuelo, questionado sobre um "bote" de que o atual superintendente da Funai na Amazônia seria substituído "por alguém determinado pelo governo do Amazonas", negou o fato, afirmando desconhecê-lo. "O superintendente pode até mudar, mas só

fronteiras em termos de constituição de povos, de nação etc. Porque se demarcam as terras indígenas é por causa que no subsolo existem potências minerais, existem riquezas florestais e outras coisas. Agora o que vai garantir a nossa situação como povos é o que vai definir esta política de unidade.

Sidney Possuelo — Eu penso que não se deve devorar aquilo que não se conhece porque pode-se ter uma indigestão. Tudo se deve partir de um conhecimento porque na verdade tudo que se passa dentro da Amazônia é importante. Um estudo científico deve partir das sociedades civis organizadas, das universidades para que se dimensione qual tratamento que devemos dar a essa dimensão toda, qual o tratamento para esta decifração.

A Crítica — Este é o ano da Eco e dos 500 anos de descobrimento da América, o que vai resultar em muita discussão sobre índios, colonizadores e ecologia. A Funai e a Coiab vêm com otimismo o direcionamento das discussões sobre os dois acontecimentos?

Possuelo — Quanto à questão dos 500 anos, levanta a discussão da Amazônia e de toda a América. Na Eco, com a reunião de todos os países discutindo o que queremos fazer é discutir o que vamos fazer com a nossa casa, o mundo. Não vamos discutir sobre terra indígena, meio ambiente brasileiro e parar por aí. É um momento de reflexão dos passos da humanidade nos próximos anos.

Orlando — Para nós, em relação aos 500 anos é um momento também de reflexão porque não temos que comemorar nada. É um ano que vamos pensar nosso futuro, nos próximos 500 anos, que vai depender da unidade dos povos indígenas, no fortalecimento com a união com outros segmentos da sociedade, como movimentos negros etc. Nós não vamos lamentar o passado, vamos pensar no nosso futuro. Em relação à Eco, os grandes países vão se reunir e nós exigiremos que os nossos direitos à terra e à vida sejam considerados.

A Crítica — Qual a opinião de vocês sobre o Código Amazônico?

Orlando — Por vir dos representantes de governo dos Estados amazônicos, isso para nós é questionável: quem fez o Código, o que representa, o que está por trás disso, os grupos econômicos, os interesses políticos ou é interesse do povo da Amazônia? Vejo com muita preocupação quando se trata sobre a questão de terras, por exemplo, que deve ser discutida ainda bastante.

Possuelo — Eu vou ser franco, não li e não conheço o Código. Não dá para comentar. Sei que a ideia nasceu do governo do Amazonas e que estaria sujeita a questão indígena e ecológica.

A Crítica — Um dos artigos polemicos do Código com o qual o senhor não tem intimidade é o que trata da questão das terras indígenas, colocando que o Estado poderia interferir nas decisões Federais sobre demarcação de terras. Assim, passamos para outra pergunta: na prática a quantas anda a demarcação de terras indígenas? A demarcação da área Yanomami de 9,4 milhões de hectares deu em toda uma celeuma quanto ao "exagero" da extensão de terras, mas o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, colocou um ponto final no assunto. Já na demarcação da área dos Tucuna, o governador Gilberto Mestrinho ameaçou até metralhar a Funai se tentasse efetivar a demarcação.

Possuelo — Bom, na prática nós estamos prestes a fechar um convênio com a empresa vencedora dos trabalhos de demarcação, que iniciará os trabalhos em fevereiro.

Quanto aos Tucunas, já saiu o decreto e tudo está decidido. Já saiu o decreto e não há possibilidade, motivo para rever, reverter e nada disso que andam falando por aí. O que há é busca de informações em relação o que vai ser feito daqui para a frente na demarcação de novos territórios. Busca de informações não significa mudar esta legislação que é estabelecida pela Constituição, em nível Federal. Me parece que só o Congresso Nacional poderia mudar.

Orlando — É interessante nisso a pressão que se vê para não demarcar terras. Para nós fica decidido que não vamos nos intimidar com isso. Vamos nos fortalecer com isso. O que se quer é "proteger" o solo rico em minérios.

A Crítica — Na CPI da Intencionalização da Amazônia foi colocada uma lista de missões "picaretas" que estariam atuando na região. Qual é a relação da Funai e Coiab com este tipo de "missão"?

Possuelo — Eu fui chamado duas vezes na Comissão e em nenhum momento me apresentaram estas "missões". O relacionamento com as missões deveria ser mais estreito. Deveríamos controlar as missões no sentido de verificar se eles procedem quanto aos dispositivos constitucionais. A Funai também tem de controlar a permanência de missões dentro de uma área indígena se ela própria permitir. O departamento de antropologia da

"Nos 500 anos do descobrimento da América, não vamos lamentar o passado, mas repensar nosso futuro, nossos próximos 500 anos". — Orlando Baré.

"A demarcação da área tucuna começa em fevereiro. Não há possibilidade de reverter. Só o Congresso Nacional poderia mudar". — Sidney Possuelo.

depois do processo de reformulação que a Funai vai passar em breve", disse.

Na entrevista, Orlando reclama que ainda é pouca a participação do índio dentro da Funai, Possuelo diz que está sendo tentado o aumento dessa participação. Possuelo diz que o termo "nação indígena" é proibido pela Constituição, Orlando rebate que as mais de 140 comunidades indígenas do País precisam de autonomia econômica e política. Orlando diz que, acima de tudo, o índio é cidadão brasileiro e aí Possuelo concorda.

Enfim, como num País democrático as pessoas têm liberdade de expressar suas opiniões, mesmo que estas diverjam da ideologia governamental vigente, Orlando e Possuelo foram entrevistados juntos pela reportagem, respondendo perguntas extensivas aos dois. As divergências nos posicionamentos não foram contrapostas. A não ser com olhares e sorrisos.

A Crítica — Quanto à questão indígena, a Amazônia hoje estaria mais para ser decifrada ou devorada?

Orlando Baré — Bom, a Amazônia não deve ser devorada tendo mais de 140 povos indígenas hoje. O que precisa é que haja uma fusão, uma unidade entre estas políticas que decidem a "internacionalização" da Amazônia que não permita que os grandes grupos econômicos tentem devorar a região. Claro que nós sabemos que por trás disso tudo está a questão da demarcação das terras indígenas, que são as últimas

Funai está muito desfalecendo, vamos reestruturar esta questão.

Orlando — A Manasa tem uma grande área, maior que das comunidades indígenas. Do ponto de vista econômico, o Estado tem medo da política de fora até na questão das missões. Há aquelas que realmente ajudam e outras que só servem para polemizar. Aquelas que trazem novas ideologias são muito perigosas, muitas vezes com uma ideologia escravizante em nome de Jesus, Cristo. Na verdade o que queremos é que permaneçam as que ajudam, não sei os nomes das outras.

A Crítica — Como a Funai vê o termo "nação indígena" e como a Coiab o explica?

Possuelo — Bem, nós somos um órgão de governo e partimos do princípio constitucional, o artigo 231, que não permite o termo nação, dentre outros dispositivos. Segundo, há uma proposta no Congresso Nacional que visa transferir a 107, que era a antiga Convenção Internacional do Trabalho, para a 169. Naqueles dispositivos, já se coloca o termo como "povos indígenas". Os povos indígenas querem e são brasileiros, porém que falam uma língua diferente e devem ter seu território respeitado pelos seus líderes e representantes, aonde pratiquem suas atividades tradicionais e tomem nas mãos os seus destinos, mas dentro do quadro étnico nacional, entre negros, brancos, índios. Dentro disso os índios podem e devem pleitear seus direitos.

AMAZONIA QUEM TE DECIFRA
SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
13 a 17/01/92 - ICHL

3



Coordenador da Coiab, Orlando Baré, falando no seminário

Orlando — Para nós, a nação significa que cada povo deve ter sua filosofia de vida, sua religião, sua História, sua forma de organização social e política etc. No Brasil isso deve ser mais divulgado porque o próprio governo proíbe nações, o Conselho de Segurança Nacional diz que é crime. Nós estamos brigando para que sejamos reconhecidos como nações mesmo. O que vai garantir isso? Para nós a questão da soberania é a garantia de nossa terra demarcada.

A Crítica — Foi colocado que a Funai já foi omissa e distanciada da questão indígena. E hoje, qual é a participação do índio dentro da Funai?

Possuelo — É muito menor do que o desejado. Mas eu não sei se ele ali estaria bem colocado. Acho que seria melhor ele ficar nas organizações não-governamentais. Talvez ele fora possa ser mais útil. Entretanto, se líderes estivessem dispostos a participarem com maior força dos trabalhos da Funai, seria melhor no desenvolvimento dos trabalhos.

Orlando — A participação dos povos indígenas na Funai deveria ser colocada como assessoria do próprio governo. Mas no projeto neo-liberal do governo, paradoxalmente não há essa abertura para a participação das nações indígenas. Na verdade, antigamente a Funai contribuiu para o genocídio dos índios, aliada aos grandes grupos econômicos. Hoje, parece haver uma grande vontade de trabalhar. Mas, claro que com o novo modelo do governo desde fevereiro do ano passado, a Funai perdeu muito de seus poderes mas, por outro lado, foi nomeado um presidente mais aberto, o que já é um avanço.

Colaborou Wilsa Freire



Possuelo: demarcação é garantida pela Constituição